

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO(A) E EQUIPE DE APOIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

**REF.: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2024
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2024**

A empresa MAPData Tecnologia, Informática e Comércio LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n.º 66.582.784/0001-11, sito à Avenida Geraldo Gobbo, n.º 278 – Anexo com 01, Boa Vista – Americana/SP, através do seu representante infra-assinado, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no Artigo 164, da Lei 14.133/2021, tópico 14. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS do edital e seus anexos, bem como das demais legislações pertinentes, apresentar

IMPUGNAÇÃO

Ao Edital da Licitação em referência, consoante razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

A presente impugnação tem por objetivo apontar omissão e obscuridade no edital e seus anexos, haja vista que para o correto e legítimo fornecimento do objeto de aquisição deste certame, é indispensável que os licitantes sejam credenciados como revendedores autorizados junto à Autodesk, e há omissão editalícia acerca de tal informação.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

A presente licitação visa o registro de preços para futura e eventual aquisição de licenças Autodesk – Architecture Engineering & Construction Collection, e AutoCAD - including specialized toolsets, com assinaturas pelo período de 12 e 36 meses, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

2. DA AUSÊNCIA DE EXIGÊNCIA DA CARTA DE REVENDA

É amplamente reconhecido que o tipo de licenciamento licitado só pode ser comercializado por empresas que possuam a certificação de revenda autorizada, emitida pela própria Autodesk. Essa exigência é crucial para garantir a qualidade e a legitimidade dos produtos oferecidos, desse modo, qualquer revenda não autorizada não conseguirá comprar e revender estas soluções.

A Autodesk estabelece diversas qualificações para as vendas autorizadas no Brasil, sendo uma delas qualificação técnica e a certificação para a comercialização de licenças



verticais, como a Architecture Engineering & Construction Collection. Essa qualificação é concedida a revendas que passam por um rigoroso processo de avaliação, assegurando que, além da venda de software, também oferecem treinamentos, suporte técnico de qualidade e outros serviços relacionados à Autodesk.

A lista completa das revendas Autodesk autorizadas estão mencionadas no site do Fabricante: <https://www.autodesk.com/br/partners/locate-a-reseller> (preencher os campos: cidade e distancia)

Importante mencionar que os parceiros credenciados não têm autorização para realizar transações comerciais como subcontratados, triangulação.

Ante ao exposto, após analisarmos o edital e seus anexos, verificamos a ausência de previsão editalícia que exija tal certificação. Essa omissão coloca em risco a integridade e a legalidade das licenças adquiridas, comprometendo a execução do contrato, a competitividade justa entre os licitantes que prezam pela seriedade do processo licitatório e podendo até acarretar prejuízos ao erário. Além, de possibilitar que empresas aventureiras, sabendo de tal exigência, causem tumulto e atrapalhem o processo licitatório.

É importante lembrar que, conforme preceitua a Constituição Federal em seu Artigo 37, inciso XXI, **as exigências de qualificação técnica e econômica nas contratações públicas são legítimas sempre que necessárias para assegurar a satisfatória execução do contrato**. Essa determinação constitucional não se limita apenas a aspectos técnicos e econômico-financeiros, mas sim, trata-se de condição indispensável para viabilizar a plena satisfação das necessidades da Administração Pública.

Conforme reiteradas decisões e destacada jurisprudência e doutrina do Tribunal de Contas da União (TCU), no Acórdão nº 926/2017, entende que a exigência de credenciamento ou parceria junto a fabricantes, quando essencial e devidamente motivada, pode ser inserida como requisito técnico de execução, desde que não interfira nas condições de habilitação das licitantes. Conforme mencionado no artigo "Exigência de credenciamento das licitantes pelos fabricantes de produtos de tecnologia da informação, nos certames para aquisição de bens e serviços da área", publicado na Revista do TCU nº 127, <<https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/download/89/87/0>>, a exigência de autorização de fabricante, quando imprescindível, deve ser justificada robustamente no processo licitatório e não utilizada como critério de habilitação.

A carta é um documento firmado por fornecedor e fabricante, com o principal objetivo de estabelecer e externalizar responsabilidade recíproca (solidária) sobre o bem a ser fornecido.

Portanto, se, devido às peculiaridades ou complexidade do objeto da contratação, for indispensável exigir solidariedade entre o proponente e o fabricante do produto, ou a



apresentação de uma carta de revenda autorizada, **é perfeitamente viável incluir tal exigência no edital.**

Quando uma revendedora não possui essa certificação de vendas, o fornecimento de suas licenças torna-se incerto e questionável, colocando em dúvida a regularidade do licenciamento, vez que, a própria Autodesk não reconhece essa revendedora e proíbe expressamente a prática da triangulação, onde produtos são revendidos por intermediários não autorizados. Assim, a inclusão da exigência de certificação no edital é fundamental para assegurar a conformidade e a qualidade dos produtos adquiridos.

Em julgado do TRF da 4ª Região, que abordou a possibilidade de exigência da carta de solidariedade/revenda para fins de habilitação em pregão para a aquisição de computadores, foi destacado:

“Com efeito, a exigência da carta de solidariedade concretiza uma das pedras angulares do direito público: o princípio da supremacia do interesse público. É irrelevante o fato de existir solidariedade na responsabilidade civil por vícios no(s) produto(s) ou serviço(s), decorrente de legislação consumerista, uma vez que a confiança do fabricante na empresa licitante garante, de um ponto de vista pragmático, maior efetividade no fornecimento do produto ou serviço licitado, já que, muito provavelmente, não existirão batalhas judiciais para se apurar a responsabilidade por eventuais defeitos em tal fornecimento. Além disso, a carta de solidariedade também não prejudica a competitividade no procedimento licitatório do caso em tela, pois não consta no edital a indicação de produtos direcionada a determinadas marcas ou fabricantes.”

(TRF da 4ª Região, Apelação Cível nº 5018007-26.2012.404.7100/RS, Rel. Des. Federal Fernando Quadros da Silva, j. em 10.12.2014)

Assim, embora o caso se refira à aquisição de computadores, a mensagem central reforça a importância de incluir a exigência de certificação no edital, a fim de assegurar a conformidade e a qualidade dos produtos adquiridos. **Portanto, reforçamos mais uma vez, que, se em função das peculiaridades ou complexidade do objeto da contratação, como ocorre nesse caso, for indispensável exigir a carta de revenda autorizada, é plenamente justificável incluir tal exigência no edital.**

3. DA OMISSÃO DO EDITAL

O edital, entretanto, não inclui a exigência de apresentação da declaração de revenda autorizada pela Autodesk, o que pode permitir a participação de empresas não qualificadas, comprometendo a integridade do processo licitatório e a qualidade dos serviços prestados à Administração Pública.



Ratificamos que, no Brasil, são mais de 20 revendas qualificadas; sendo assim a não competitividade está rechaçada.

É importante destacar que a Carta de Solidariedade ou Revenda é admitida apenas em situações excepcionais – fornecimento de softwares da linha VERTICAL da Autodesk. No presente caso, essa exigência para o fornecimento legal escapa ao controle da Administração Pública, que ao optar ou necessitar de um produto do fabricante, a Administração se vê obrigada a seguir as normas e diretrizes estabelecidas por ele.

Portanto, fica evidente que apenas as empresas devidamente credenciadas pelo fabricante para comercializar as licenças da Architecture Engineering & Construction Collection poderão efetivamente fornecer esses produtos.

4. DA NECESSIDADE DE MODIFICAÇÃO DO EDITAL

Dessa forma, solicitamos que a Administração Pública promova a alteração do edital, incluindo a exigência de apresentação da declaração de revenda autorizada pela Autodesk como condição de habilitação dos licitantes.

Tal medida é fundamental para assegurar que empresas capacitadas e devidamente certificadas participem do certame, garantindo assim a melhor execução do objeto licitado.

Entendemos que a ausência dessa exigência no edital pode resultar em participação de empresas não qualificadas, comprometendo a integridade e a eficácia do certame, além de potencialmente acarretar prejuízos à Administração Pública.

É imprescindível ressaltar que a comercialização das licenças Autodesk requer que os licitantes possuam a certificação de revenda autorizada pela Autodesk. Esta exigência é crucial para assegurar a legitimidade do software, a qualidade dos serviços prestados e o suporte técnico adequado, garantindo que a Administração Pública receba produtos e serviços que atendam aos padrões de excelência exigidos.

Por fim, caso a Administração decida seguir com a contratação de empresas não credenciadas e receber produtos verticais da Autodesk, deve considerar a legitimidade das licenças fornecidas e situação de não conformidade (irregularidade); deve considerar consultar o fabricante sobre a legitimidade do software recebido.

5. DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, requeremos:

A análise e deferimento da presente impugnação;

A inclusão no edital da exigência de apresentação da declaração de revenda autorizada pela Autodesk, como condição para a participação no certame;



A publicação de uma retificação do edital que contemple as alterações necessárias.

Nestes termos, pedimos deferimento.

MAPDATA TECNOLOGIA INFORMÁTICA E COMÉRCIO LTDA
CAMILA OLIVEIRA SILVA
PROCURADORA



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a empresa MAPData Tecnologia Informática e Comércio LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 66.582.784/0001-11, com sede na Avenida Geraldo Gobbo n.º 278 – Anexo com 01, Boa Vista – Americana/SP, neste ato representada por seu Administrador Legal, **Paulo Eduardo Onuchic**, portador do CPF n.º 092.764.978-03 e RG n.º 07.101.399-4, doravante denominada **OUTORGANTE**, nomeia e constitui sua bastante procuradora, **Camila Oliveira Silva**, Analista Administrativo, portadora do CPF n.º 389.027.898-10 e RG n.º 35.048.349-8, doravante denominada **OUTORGADA**, para que, em nome da OUTORGANTE, possa representa-la em todos os processos licitatórios perante a Administração Pública, especialmente para os seguintes fins:

1. Elaborar e Assinar Documentos: Preparar, assinar e protocolar todos os documentos necessários para a participação em processos licitatórios, inclusive propostas, declarações e certidões.
2. Participar de Sessões Públicas: Comparecer às sessões públicas de licitação, apresentar propostas, lances e participar de julgamentos, seja presencial ou eletronicamente.
3. Receber Notificações: Receber notificações, intimações e demais comunicações relativas aos processos licitatórios.
4. Assinar Contratos: Celebrar contratos administrativos e demais documentos necessários à execução do objeto da licitação.
5. Recorrer e Defender Interesses: Interpor recursos e defesa dos interesses da OUTORGANTE em qualquer fase do processo licitatório e na execução dos contratos.

O presente mandato é outorgado com a finalidade específica de representação da OUTORGANTE em qualquer processo licitatório e terá validade de 1 (um) ano a contar da data de sua emissão.

Americana, 30 de julho de 2024

PAULO EDUARDO
ONUICHIC:09276497803

Assinado de forma digital por
PAULO EDUARDO
ONUICHIC:09276497803
Dados: 2024.07.30 09:27:20 -03'00'

PAULO EDUARDO ONUICHIC
ADMINISTRADOR LEGAL

Assinado digitalmente por:
Paulo Eduardo Onuchic
CPF: 092.764.978-03
Certificado emitido por 1º TABELIÃO DE
NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E
TÍTULOS - AMERICANA/SP
Data: 30/07/2024 09:49:55 -03:00



O original deste documento pode ser encontrado em:

https://mapdataam.sharepoint.com/:f:/s/Confirmaodeautenticidadedigital/EhLyuw8DQ-ZKscUDWUYgrkB4cehlFpYz1_GDjCX_ohTfg?e=GDvy3c

Para confirmação de veracidade e acesso ao relatório de auditoria entre em: <https://na3.documents.adobe.com/verify>

ID do Documento para autenticação da auditoria: CBJCHBCAABAAM-ReRnKI8j1L-Qk6_SvTsW17o3RuH1q










Procuração - Camila Silva

Relatório de auditoria final

2024-07-30

Criado em:	2024-07-30 (Horário Padrão do Uruguai)
Por:	Camila Schaider (camila.schaider@mapdata.com.br)
Status:	Assinado
ID da transação:	CBJCHBCAABAAM-ReRnKI8j1L-Qk6_SvTsW17o3RuH1q
Quantidade de documentos:	1
Contagem de páginas do documento:	1
Quantidade de arquivos de apoio:	0
Contagem de páginas dos arquivos de apoio:	0

Histórico de "Procuração - Camila Silva"

-  Documento criado por Camila Schaider (camila.schaider@mapdata.com.br)
2024-07-30 - 9:15:51 ADT- Endereço IP: 189.39.112.73
-  Contrato visualizado por Camila Schaider (camila.schaider@mapdata.com.br)
2024-07-30 - 9:17:36 ADT- Endereço IP: 189.39.112.73
-  Documento enviado por email para Paulo Onuchic (onuchic@mapdata.com.br) para assinatura
2024-07-30 - 9:20:21 ADT
-  Email visualizado por Paulo Onuchic (onuchic@mapdata.com.br)
2024-07-30 - 9:26:20 ADT- Endereço IP: 104.47.58.126
-  Contrato visualizado por Paulo Onuchic (onuchic@mapdata.com.br)
2024-07-30 - 9:26:22 ADT- Endereço IP: 189.39.112.73
-  Documento assinado digitalmente por PAULO EDUARDO ONUCHIC:09276497803 (onuchic@mapdata.com.br)
2024-07-30 - 9:27:20 ADT
-  Contrato finalizado.
2024-07-30 - 9:27:20 ADT

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
"RICARDO GUMBLETON DAUNT"

8266-9

NOME
CAMILA OLIVEIRA SILVA

FILIAÇÃO
ANTONIO NIVALDO DA SILVA

JOSEFA PEREIRA DE OLIVEIRA SILVA

DATA NASCIMENTO
30/09/1990

ORGÃO EXPEDIDOR
SSP-SP

FATOR RH

NATURALIDADE
S. PAULO - SP

OBSERVAÇÃO

434F5A42

Camila Oliveira Silva
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF **389027898/10** DNI

REGISTRO GERAL **35.048.349-8** 2 via-R DATA DE EXPEDIÇÃO **22/10/2019**

REGISTRO CIVIL
SÃO PAULO-SP LAPA CN:LV.A201/FLS.550 /N.120484

T. ELEITOR
000345478910167

CTPS
000000000001275

SÉRIE
0342

UF
SP

NIS/PIS/PASEP
20493414600

IDENTIDADE PROFISSIONAL

CERT. MILITAR

CNH

CNS

POLEGAR DIREITO

Mitahi Yamamoto
Delegado de Polícia Divisão IIIRGD-SSP-SP
ASSINATURA DO DIRETOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



RECONHEÇO, a assinatura eletrônica por mim expedida de:
Paulo Eduardo Onuchic - CPF: 092.764.978-03

Atesto o uso da assinatura eletrônica na data e horário 30/07/2024 09:50:00 -03:00, na cidade de Americana/São Paulo

MNE: 122424.2024.07.30.00001863-54

Em Testemunho da Verdade

AMERICANA/SP, terça-feira, 30 de julho de 2024

ANDRÉ LUIZ PANCIONI-TABELIÃO

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE AMERICANA -
AMERICANA/SP

Data: 30/07/2024 09:50:00 -03:00



Código de validação: CK4REXS64RTZPQFVJS3U

<https://assinatura.e-notariado.org.br/validate/CK4REXS64RTZPQFVJS3U>